

Brasil



AUXÍLIO RECONSTRUÇÃO
Famílias do RS terão de validar cadastro
Serviço começa dia 27; prefeituras poderão encaminhar informações ao governo via site



ROTA DE COLISÃO

Leite e Pimenta expõem divergências entre governos estadual e federal pós-enchente no Sul



JENNIFER GULARTÉ
jennifergularte@globo.com.br

Protagonistas no enfrentamento ao desastre climático do Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite e o ministro Paulo Pimenta, que está à frente dos esforços federais no estado, têm exposto divergências sobre respostas à crise enfrentada pelos gaúchos. Os atritos vão da construção de cidades provisórias para desabrigados, soluções para escoamento da água na Lagoa dos Patos até um eventual adiamento das eleições municipais de outubro.

A realocação de cerca de 80 mil desabrigados pelas inundações no Rio Grande do Sul é um dos principais pontos de conflito entre os representantes do governo federal e do estadual. Leite anunciou na semana passada o plano de construir os meios quatro estruturas temporárias, localizadas em Canoas, Guaiíba, Porto Alegre e São Leopoldo, para receber quem perdeu suas casas e não tem mais para onde ir. Recém-nomeado como ministro da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Pimenta criticou a ideia e disse que o governo federal tem outra "concepção" para resolver o problema. Uma das sugestões em discussão, mas que ainda não tem consenso, é um repasse às famílias de R\$ 400 por pessoa para conseguir um novo abrigo.

Surgiu agora o debate das tais cidades transitórias. A ideia seria quatro grandes cidades transitórias, com possibilidade de cada uma delas ter até 75 mil pessoas. Iso é maior do que a grande maioria das grandes cidades do Brasil. Seriam onde a transição ocorreria — disse Pimenta ao Canal do Barão no YouTube.

'CONCEPÇÕES DISTINTAS'

O ministro afirmou ainda que o próximo grande desafio do governo é agilidade para oferecer casas e como fazer a transição entre os abrigos e as novas moradias.

— Esse é o grande debate, como o poder público oferece dignidade e condição para que as pessoas façam uma transição adequada até chegar ao momento de elas voltarem a ter uma casa. E aí tem visões diferentes, concepções distintas, que vão gerar de forma muito intensa a partir dos próximos dias — completou o ministro.

Em outro episódio que escarceou as divergências, coube a Leite criticar a sugestão da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva de abrir um canal na Lagoa dos Patos para escoar a água para o mar.



Protagonistas. Eduardo Leite conversa com Paulo Pimenta, tucano e petista, sobre respostas à tragédia enfrentada pelos gaúchos

PONTOS DE DIVERGÊNCIA

Lagoa dos Patos



Realização de um estudo para construir um canal na Lagoa dos Patos para facilitar o escoamento das águas para o mar foi defendido pelo governo federal e sancionado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. Leite, no entanto, afirma que estudos já indicam ser uma obra de "muito difícil execução" e que o mar também interferiria na lagoa.

— Não basta pensar na água da lagoa escoando para o mar. O mar também interfere na lagoa. Se tiver água salgada acessando a lagoa, vai ter riscos aos ecossistemas e até a captação da água para consumo humano — disse o governador.

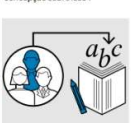
Há uma forte oposição técnica à proposta do Instituto de Pesquisas Hidrológicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O instituto chegou a divulgar uma nota contrária afirmando que uma obra desse tipo, "sem considerações necessárias, pode causar danos irreversíveis". O texto também enumera riscos elevados como erosão das praias, salinização do Rio Guaíba e efeitos negativos sobre o ambiente, que afetariam navegabilidade e a produção agrícola.

A falta de sintonia entre os dois lados ocorre ainda em relação à possibilidade de adiar as eleições municipais. Na entrevista ao GLOBO, o governador afirmou considerar pertinente se discutir o adiamento das eleições municipais no Rio Grande do Sul diante do desastre climático que assola o estado. Sob o argumento de que as cidades ainda estarão em reconstrução, ele afirmou que trocas de administração, além do próprio debate eleitoral, podem atrapalhar o andamento desse processo.

Cidades provisórias



O governo do RS planeja a instalação de cidades provisórias para abrigar os cerca de 80 mil desabrigados no estado. A ideia é que essas estruturas, com áreas comuns para banheiros com chuveiros, cozinhas, lavanderias e espaços para crianças e pets, sejam erguidas em Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e Guaiíba. O ministro extraordinário da reconstrução, Paulo Pimenta, discorda da ideia: "Tem outra concepção sobre isso".



Citações em coletivas

Apostura de Eduardo Leite em entrevistas sobre a tragédia, em que ele não cita as ações anunciadas ou implementadas pelo governo federal, tem incomodado o Planalto.

Pressão do governador

O tom usado por Leite numa cobrança para que helicópteros das Forças Armadas fossem utilizados sem registros também gerou incomodo, queixa levada ao tucano.



Em Pelotas. Aumento de volume da água da Lagoa dos Patos ainda preocupa

Reconstrução do Rio Grande do Sul, Pimenta voltou a Brasília no sábado e só deve retornar ao estado hoje. Ontem, participou do anúncio no Palácio do Planalto de novas medidas relacionadas à crise no estado, como novos voos para a Base Aérea de Canoas e detalhes do pagamento do Auxílio Reconstrução, de R\$ 5,1 mil por família.

A própria indicação de Pimenta foi vista com ressalvas pelo entorno de Leite e criticado até mesmo por integrantes do PT. Alas da legenda avaliam que mesmo que o ministro tenha feito na função, sua nova função poderá politizar a crise gaúcha, uma vez que seu nome tem sido lembrado para a disputa ao governo do Rio Grande do Sul em 2026. Em entrevista ao GLOBO, o petista afirmou que terá postura institucional no cargo e que a questão eleitoral não está colocada neste momento.

Antes mesmo da escolha de Pimenta para ser o nome do governo federal no Rio Grande do Sul, contudo, a ação conjunta no estado já vinha sendo marcada por atritos, cobranças e clima de desconfiança entre equipes.

A principal crítica no Planalto é de que Leite tem adotado um tom de cobrança em relação ao governo federal, como quando criticou sobrevoos de autoridades e foi enfático ao dizer que helicópteros das Forças Armadas deveriam ser usados à noite para resgate. A postura do governador não agradou ao Palácio do Planalto, que levou a questão ao tucano.

Auxiliares de Lula afirmam considerar que o gaúcho exagera para tentar jogar os problemas para Lula. Com essa percepção, assessores palacianos passaram a assistir as entrevistas diárias que Leite concede no Sul para identificar se haverá apontamentos ou críticas ao governo federal na fala do governador.

Também há reclamações sobre Leite não dar valor às ações federais. Na quarta-feira, durante evento em São Leopoldo (RS), causou mal-estar entre ministros o fato do governador não enaltecer em seu discurso nenhuma das medidas que haviam acabado de ser anunciadas pelo chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Interlocutores do governador gaúcho, por sua vez, argumentam que as cobranças de Leite são necessárias pela posição que ele ocupa e que não cabe a ele dizer que o anúncio por Lula já é suficiente em meio ao cenário de catástrofe que se abateu no estado.

— O nível de convergência é superior ao nível de divergências. Isso que tem de ser levado em consideração neste momento — minimiza o líder de governo Leite na Assembleia do Rio Grande do Sul, Frederico Antunes (PP).